

Dinâmicas socioeconômicas e culturais de sustentabilidade de Santa Rita do Sul¹

Patrícia Fernandes²

RESUMO

Este artigo focaliza as estratégias de sustentabilidade de Santa Rita do Sul, distrito do município de Arambaré (RS). Privilegia o desenvolvimento local e as dimensões social, econômica e cultural da sociedade, mediante a análise da origem e formação da sociedade santa-ritense, dos tipos de atividades ocupacionais e dos valores que conferem coesão ao tecido social. A metodologia utilizada privilegiou a realização de entrevistas semi-estruturadas e entrevistas por questionário com respostas induzidas. O estudo demonstrou que a sustentabilidade da sociedade santa-ritense tem sido garantida por meio de estratégias que asseguram a subsistência dos moradores e a estabilidade demográfica. Entre estas estratégias focaliza-se o trabalho voltado à produção orizícola, característica marcante da localidade, que é complementado por atividades ocupacionais secundárias, principalmente nos períodos de entressafra do arroz. A pesquisa demonstrou que a permanência dos moradores no local deve-se também ao vínculo cultural, identificando-se um sentimento comum de pertença a Santa Rita do Sul. O pertencimento a essa totalidade social faz com que a população demarque sua cidadania pelo local.

Palavras-chave: sociedade local, sustentabilidade, trabalho, pertencimento.

ABSTRACT

This study focalizes the sustainability strategies of Santa Rita do Sul district, in Arambaré City (RS). It privileges the development and the social, the economical and the cultural dimensions of this local society through the analysis of the origin and formation of Santa Rita society, of its types of occupational activities and of its values which give cohesion to the social structure. This study showed that Santa Rita sustainability has been guaranteed through the strategies which assure the residents susistence and the demographic stability. Among these strategies we can focus on rice production, an important characteristic of that region which is complemented witch secondary occupational activities, mainly between each rice harvest time. The study shows that the permanence of the residents in this place is due to the cultural entail identity in a common feeling of belonging to Santa Rita do Sul. Belonging to this social totality makes the population demarcate their citizenship.

Keywords: local society, sustainability, work, belonging.

¹ Adaptação da dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (UFRGS), defendida em maio de 2004.

² Engenheira agrônoma, mestre em Desenvolvimento Rural. (patric_fernandes@pop.com.br)

Apresentação

Este estudo se propõe a analisar a sustentabilidade³ da sociedade de Santa Rita do Sul, distrito de Arambaré-RS, município localizado na região Centro-Sul do Estado. Para isso, a análise procura entender o desenvolvimento local⁴ da realidade estudada, mediante levantamento de seu histórico e de suas características socioeconômicas e culturais.

A sociedade local analisada tem sua origem e trajetória de formação completamente inserida no contexto da orizicultura rio-grandense, tendo vivenciado, por aproximadamente três décadas (1950-1980), uma relação de forte dependência com os proprietários das terras em que se deu sua constituição. Nas representações da população local, estes proprietários tornaram-se “os coronéis”, figuras importantes para o desenvolvimento de Santa Rita do Sul. Ao longo da trajetória santa-ritense, os coronéis deixaram de gerenciar o distrito. Com isso a sociedade local deparou-se com uma situação capaz de desestabilizá-la, visto que seu principal pilar de sustentação havia se desestruturado.

³ A noção de sustentabilidade neste estudo assume caráter operativo, em que se privilegiam as dimensões social, econômica e cultural que sustentam a sociedade local de Santa Rita do Sul. De acordo com Acselrad (1997), ainda não há hegemonia entre as diferentes concepções de sustentabilidade, oriundas de distintas idealizações e valores que vêm sendo associados à noção de sustentável. Para o autor, a noção de sustentabilidade predominante no debate acerca do desenvolvimento, oriunda do Relatório de Brundtland, foi incorporada pelo discurso dos ideólogos desenvolvimentistas para que, com este ajuste, sua proposta de crescimento econômico esteja assegurada e sua vigência sustentada. Com isso evitam-se questões referentes a disparidades sociais, provocadas pelo desenvolvimento baseado fundamentalmente na dimensão econômica. Para maior clareza a respeito das críticas a noção de desenvolvimento sustentável dominante, ver Acselrad (1997; 2004), Lima (1997) e Sachs (1997). Em Moura (2002) encontra-se uma revisão acerca do padrão desenvolvimentista característico do Brasil pós-Segunda Guerra, que no contexto rural teve como expressão a modernização agrícola, assim como uma revisão da origem e evolução da noção de sustentabilidade, a emergência da questão ambiental e a assimilação desta noção pelo debate do desenvolvimento.

⁴ Neste estudo entende-se o desenvolvimento local como resultado de um engajamento de cidadãos que buscam construir seu equilíbrio, sua estabilidade mediante o convívio criativo, multifacetário entre diferentes, porém iguais. Nesse sentido, o desenvolvimento deve resultar do melhor que existe no pensamento local, objetivando proteger e valorizar o patrimônio cultural, ecológico, social, recreativo e econômico (Gehlen, 2002).

A trajetória da sociedade local (aprofundada no item a seguir) foi a motivação inicial da pesquisa, pois despertou o interesse em entender como uma formação social completamente vinculada e dependente de um patronato extinto tem se sustentado. Tal questionamento foi o guia condutor do estudo.

Um conjunto de procedimentos metodológicos foi utilizado para a realização desta pesquisa. Para obtenção dos dados primários utilizou-se a técnica de entrevistas por questionários estruturados com respostas induzidas e entrevistas semi-estruturadas, além de observação participante. Os dados dos questionários geraram um banco de dados pelo software SPSS, o qual possibilitou o cruzamento de variáveis. Quanto às entrevistas semi-estruturadas, utilizou-se a análise de conteúdo para interpretar os depoimentos dos entrevistados, orientando-se pelas seguintes variáveis preestabelecidas: trabalho, trajetória da sociedade local, vida local. Neste artigo, adaptado do estudo original, optou-se por não apresentar os dados coletados (devido a limites de espaço), privilegiando-se, assim, reflexões e conclusões obtidas por meio desses dados.

Os conceitos analíticos utilizados foram trabalho e cidadania. A concepção de trabalho tornou-se relevante à análise na medida em que se percebeu, desde a fase de estudo exploratório, a centralidade que a categoria ocupava na trajetória e nos valores da sociedade local, percepção que se confirmou nos dados e informações coletadas durante a pesquisa empírica.

De acordo com as reflexões de Gehlen (1998), no Ocidente verifica-se uma evolução na concepção do significado de trabalho. Na sociedade moderna o trabalho possui centralidade ética, conceito que surge com a emergência da sociedade industrial (século XIX). As sociedades anteriores ao industrialismo, no entanto, apresentaram diferentes concepções em relação às atividades ocupacionais. Assim, o conceito de trabalho apresenta variações conforme distintas culturas e modos de produção históricos. Dessa maneira, de acordo com Gehlen (1998):

No mundo greco-latino o trabalho era um obstáculo à realização das pessoas, por isso era executado principalmente pelos “não-cidadãos”. Na civilização cristã medieval afirma-se a noção de que é um sofrimento resultante da maldição “bíblica” do pecado original. [...] A ascensão da burguesia atribuiu ao trabalho um conceito “positivo”, o meio de sucesso e realização pessoal. [...] A industrialização atribuiu, portanto, ao trabalho, uma centralidade econômica (a pobreza resulta do pouco ou do não trabalho, a riqueza do inverso) e ética, característica valorativa de moderno, e impôs uma nova gestão do tempo (p. 38).

Na sociedade contemporânea o trabalho ainda ocupa posição central na estrutura social, visto que a sociedade mantém uma dependência em relação a ele como modo de garantir vida decente e independente, e de ser o indivíduo aceito no convívio social. Dessa maneira, “milhões de pessoas se desesperam por estarem excluídas do exercício de alguma atividade [...], pois aquelas que ‘trabalham’ são mais respeitadas, podendo ostentar a profissão no cartão de visitas” (De Masi, 2001, p. 12-13). Neste estudo entende-se o trabalho como um referencial ético de dignidade e de cidadania, devido às evidências identificadas no contexto analisado.

A análise da organização da sociedade local centrada no trabalho teve como base alguns dos aspectos presentes na teoria positivista de Émile Durkheim, relacionados às noções sobre a divisão social do trabalho.

O conceito de cidadania, por sua vez, foi adotado como opção de entendimento do forte apego ao local, fator determinante para a sustentabilidade da sociedade de Santa Rita do Sul. Assim, a noção de cidadania foi entendida neste estudo como condição de existência social referenciada numa determinada totalidade social na qual cada um tem pertencimento (Gehlen, 2002). Importa também para este estudo a inter-relação entre as noções de cidadania e trabalho.

Com a sociedade industrial emergem os direitos civis fundamentados, essencialmente, na igualdade e liberdade de cada indivíduo, representando, assim, a noção moderna de cidadania conquistada pela bur-

guesia⁵. Nessa noção, economicamente, “o direito civil básico é o direito a trabalhar, isto é, seguir a ocupação de seu gosto no lugar de escolha, sujeito apenas à legítima exigência do tratamento técnico preliminar” (Marshall, 1967, p. 67)⁶. Nesse sentido, a modernidade torna o trabalho a única maneira legítima de se conquistar a cidadania, além da riqueza, numa sociedade em que todos são iguais, livres, com direito a adquirir a propriedade como resultados de seu próprio esforço. O não-trabalho, por consequência, torna-se sinônimo de pobreza e indignidade.

Em Santa Rita do Sul evidencia-se essa percepção ao identificar entre os entrevistados a valorização e exaltação ao trabalho como referencial de sua cidadania.

Contextualização e origem de Santa Rita do Sul

Até 1992 tanto Arambaré quanto Santa Rita do Sul eram distritos de Camaquã, município localizado também na região Centro-Sul do Estado. No referido ano, com o processo emancipatório do município de Arambaré⁷, Santa Rita passou a integrá-lo. De acordo com o censo 2000 do IBGE, a população arambarense totaliza 3.917 habitantes. Deste total, 1.098 residem em Santa Rita do Sul.

A principal atividade econômica de Arambaré é a agropecuária, a qual também é responsável pela maior oferta de trabalho no município, destacando-se o cultivo de arroz irrigado. O setor industrial tem pouca

⁵ Para uma revisão a respeito da construção da cidadania na sociedade moderna, contemplando a evolução dos direitos civis, políticos e sociais, ver Marshall (1967).

⁶ A inovadora concepção de cidadania que concedia direitos e garantia a liberdade foi relevante para o sistema capitalista que se formava, visto que “dava a cada homem, como parte de seu status individual, o poder de participar, como unidade independente, na concorrência econômica [...]” (Marshall, 1967, p. 79). Sobre isso, Dahrendorf (1992) afirma que a noção de que todos cidadãos são iguais perante a lei era condição necessária ao capitalismo, visto que “os mercados funcionam apenas na medida em que as pessoas têm acesso a eles como participantes iguais. Porém, isto não significa que todos têm que ter acesso, já que durante muitas décadas o capitalismo aumentou os proventos de uma minoria” (1992, p. 52).

⁷ O município foi criado pela lei estadual nº 9.603, de 20 de março de 1992. (Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em: 15 de julho de 2003).

expressão. O comércio e o setor de prestação de serviços também apresentam baixa representatividade econômica e pouca relevância em termos de ocupação de mão-de-obra. A economia do município passa por um incremento apenas nos períodos de verão, quando explora a atividade turística, uma vez que Arambaré possui um balneário localizado às margens da Lagoa dos Patos. A orizicultura representa a base econômica do município e, especialmente, do distrito, cenário em análise neste estudo. Entre os moradores santa-ritenses, aqueles que se ocupam de tal atividade produtiva encontram-se na condição de arrendatários ou assalariados (temporários ou permanentes).

Santa Rita do Sul tem suas raízes contextualizadas na orizicultura, atividade agrícola que iniciou seu processo de expansão no Rio Grande do Sul no início do século XX. Segundo Pesavento (1984), a produção de arroz irrigado no Rio Grande do Sul começou a ter impulso a partir de medidas protecionistas⁸ tomadas pelo governo federal nos anos de 1896, 1903 e 1906.

De acordo com Beskow (1984) e Fraquelli (1979), o cultivo do arroz irrigado que se expandia caracterizava-se como um modelo produtivo agrícola empresarial em que predominava a formação de renda fundiária a partir do sistema de arrendamento, a separação entre proprietário de terras, arrendatário e mão-de-obra na organização do processo produtivo, o predomínio do trabalho assalariado, o uso de fatores industrializados de produção (insumos, maquinário) e produção totalmente voltada aos mercados consumidores.

O período histórico-político do Rio Grande do Sul em que a orizicultura se expandiu exerceu forte influência nesse processo. Ao longo das três primeiras décadas do século XX o Estado esteve sob governo do Partido Republicano Riograndense, grupo de dirigentes que adotou o

⁸ Para melhor compreender as causas de tal medida protecionista, ver Beskow (1984, p. 60).

positivismo como referencial ideológico⁹. Desse modo, influenciados pela oportunidade, propiciada tanto por medidas do governo federal quanto pela doutrina que guiava o governo estadual, tornando a orizicultura empresarial atrativa, pecuaristas, comerciantes e banqueiros lançaram-se a tal atividade produtiva.

Camaquã, de onde se originou o distrito de Santa Rita do Sul, destacava-se como um dos principais municípios produtores de arroz irrigado já no início de 1900. Sua produção representou 85% do total produzido no Estado em 1910 (Beskow, 1984). O município apresenta condições favoráveis para a expansão da orizicultura em seus limites. Localiza-se às margens da Lagoa dos Patos, o que sempre representou fonte de água para irrigação, e na primeira metade do século XX também representou a via lacustre para escoar sua produção até o Porto de Rio Grande. Ferreira (2001) afirma que em 1950 a pecuária, até então principal fonte de renda dos produtores camaquenses, passou a ter importância econômica secundária, deixando o primeiro lugar para a orizicultura¹⁰.

O cultivo do arroz irrigado inicialmente envolvia muita mão-de-obra, visto que não se contava com a tecnologia atualmente disponível (a tração utilizada nas práticas de manejo era a animal e a colheita era

⁹ Um de seus principais representantes foi Júlio de Castilhos, que instituiu um governo dentro dos moldes de uma ditadura republicana de inspiração positivista. O conteúdo antiliberal do positivismo forneceu os meios constitucionais e ideológicos a um padrão de modernização conservadora. Trindade (1999) afirma que o positivismo atraía os modernizadores que desejavam um modelo de progresso material que não prejudicasse a hierarquia social. Seguindo tal perspectiva, adaptada às condições do Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas da República positivista rio-grandense buscou-se “desenvolver as forças produtivas do Estado, favorecer a acumulação privada de capital e propiciar o progresso harmônico de todas as atividades econômicas” (Pesavento, 1984, p. 67).

¹⁰ Beskow (1984) afirma que a lavoura arroeira constituiu-se numa interação com a pecuária, na medida em que os latifundiários criadores de gado tinham como alternativa arrendar suas terras aos lavoureiros, atividade que se apresentava mais lucrativa, quando havia períodos de crise na pecuária. Gradativamente, os papéis foram se invertendo. Atualmente, segundo Ferreira (2001), o arroz irrigado dominou as áreas, assumindo maior relevância econômica, enquanto a pecuária tornou-se uma espécie de caderneta de poupança, utilizada nos períodos de dificuldades econômicas no cultivo do arroz, quando produtores vendem os animais, com a expectativa de repor o rebanho no momento em que o arroz retomar a estabilidade.

manual). Nesse sentido, uma das características mais relevantes da lavoura orizícola foi a constituição de abundante mercado de trabalho. Em geral, as exigências de mão-de-obra eram mais intensas na colheita, pois até 1950 essa etapa da atividade produtiva, em grande proporção, ainda não fazia uso de máquinas. Este processo criou uma demanda sazonal de mão-de-obra (Fraquelli, 1979).

Devido a esta sazonalidade, nas localidades em que havia plantações de arroz, estabeleceu-se um deslocamento de trabalhadores temporários em direção a tais lavouras. Em Camaquã criou-se um movimento migratório entre duas regiões pertencentes ao município, identificadas por Ferreira (2001) como região da Serra do Sudeste e Costeira, as quais correspondem, respectivamente, à Serra do Herval e às áreas planas que margeiam a Lagoa dos Patos. Nestas desenvolveram-se as lavouras de arroz irrigado. Assim, nos períodos de colheita havia um intenso movimento de moradores dos distritos localizados na Serra do Sudeste para toda a extensão da região Costeira, em busca de trabalho.

Em virtude do sucesso econômico que o cultivo do arroz irrigado apresentava, a produção começou a se expandir para novas áreas dentro dos limites do município de Camaquã. Com o processo de expansão, áreas de várzea, que não haviam sido exploradas, passaram a ser vistas como viáveis para o cultivo agrícola. Nessa busca por novos espaços físicos, visando expandir as lavouras orizícolas, teve início o processo de exploração da área onde se originou Santa Rita do Sul.

A formação da sociedade local

Neste estudo sociedade local é entendida, conforme Rotta (1999),

como uma formação social resultante da inter-relação entre os atores sociais que a constituíram a partir das suas condições concretas de existência: seus sonhos, suas aspirações, suas utopias, suas formas e

relações de produção, sua concepção de poder, etc. Ao mesmo tempo, essa construção social particular está relacionada com um contexto mais amplo da sociedade global com a qual se articula e de que sofre influência, porém não determina completamente sua existência e nem as ações dos atores sociais locais (p. 17).

O fundador de Santa Rita do Sul foi um arrendatário que na segunda metade de 1930 introduziu o cultivo de arroz irrigado nas terras onde se constituiu a sociedade local. Foi um empreendimento que atraiu trabalhadores dos demais distritos do município de Camaquã, assim como de outros próximos àquele, por apresentar intensa demanda de mão-de-obra. Gradativamente, trabalhadores que se deslocaram para o local onde se expandia a lavoura orizícola, passaram a se instalar nas terras arrendadas e cultivadas, dando início ao processo de formação da sociedade local.

Posteriormente (aproximadamente em 1946), tais terras passaram a ser gerenciadas por seus proprietários, os quais assumiram o controle da produção de arroz irrigado iniciada pelo arrendatário pioneiro e tornaram a vila (denominação atribuída ao distrito por seus moradores) parte de seu patrimônio. Tal aspecto fez com que Santa Rita do Sul, do início dos anos 50 até fins dos anos 70, fosse administrada por um patronato que proporcionou condições favoráveis ao seu desenvolvimento. As figuras patronais¹¹ que dominaram a vila santa-ritense durante três décadas deram continuidade ao processo de arrendamento de suas terras, fundaram no local uma indústria ligada à cultura do arroz, tornando-se os responsáveis pelo beneficiamento e escoamento de toda a produção de seus arrendatários. Essa inovação proporcionou aumento na oferta de trabalho no distrito, e continuava atraindo trabalhadores que se deslocavam e se instalavam no local.

¹¹ Entendem-se como figuras patronais as autoridades locais que predominaram por longo tempo em Santa Rita do Sul, cujo poder se embasava no seu patrimônio. Todos os moradores eram empregados e dependentes dos patrões. Estes eram os senhores de todas as terras, do engenho, do comércio e da própria sociedade local.

Dessa forma, Santa Rita do Sul originou-se e desenvolveu-se a partir da demanda de mão-de-obra no empreendimento orizícola, tornando o trabalho nessa cultura um dos princípios fundadores do desenvolvimento local. Constituiu-se, assim, como uma sociedade do trabalho, na percepção da população que se instalava na vila.

Os coronéis responsáveis pela expansão da produção orizícola no distrito e, conseqüentemente, pela ampla oferta de terra (para arrendar) e trabalho, foram responsáveis também por toda a infra-estrutura da vila, proporcionando aos trabalhadores que se instalavam na localidade escola, igreja, comércio de utensílios e alimentos, clube esportivo e salão de festas. A organização da sociedade local girava em torno do poder administrativo de suas figuras patronais, que, além de promover oportunidade de trabalho, concediam moradia, espaços de diversão, de consumo, educativo e religioso.

No fim da década de 70 o sistema patronal que dominava Santa Rita do Sul se desestruturou. A grande área em que os arrendatários produziam passou por um processo de divisão entre herdeiros, muitos dos quais optaram por vender suas terras. Este processo local parece apresentar relação com o contexto global da época. O período de 1968 a 1977 é considerado por Beskow (1986) como de significativa expansão da lavoura orizícola no Brasil. Este expansionismo está diretamente relacionado com as amplas mudanças nacionais que passaram a configurar o país desde então. Dentre tais mudanças foi relevante para a produção agrícola, de modo geral, a opção governamental pós-64 por uma política agrícola de cunho modernizante-conservador, que deu ênfase exclusiva à produção e produtividade. Implantou-se, então, um sistema de créditos e subsídios fomentando a pesquisa, a assistência técnica, a adoção de tecnologia, o que aumentou intensamente a utilização de máquinas e insumos de origem industrial.

Este modelo de política agrícola nacional procurava adequar-se aos ditames do capitalismo internacional. A crise por que passou a economia capitalista¹² em escala global, nesse sentido, emitiu reflexos na conjuntura política brasileira que, ao ser atingida pela instabilidade do capitalismo, enfrentou o esgotamento de seus programas de créditos e subsídios agrícolas, na década de 80.

Tal fator tornou-se agravante para a produção primária, inclusive para a orizicultura, e parece ter exercido influência direta na esfera produtiva e do trabalho em Santa Rita do Sul. A produção e, principalmente, o preço do arroz, desprovido de toda a conjuntura política de subsídio, ficou submetido às influências do mercado. O excesso de produção levou à queda dos preços e ao endividamento de produtores. Isso pode ter feito com que os proprietários das terras perdessem o interesse pela locação das áreas aos produtores que se encontravam em dificuldades financeiras, ilustrando a noção fundiária característica do sistema de arrendamento para a qual terra é fonte de especulação por parte de seus proprietários (Gehlen, 1998). Com isso, produzir e beneficiar arroz havia perdido seu caráter de atividade economicamente lucrativa.

Como conseqüência, na década de 80 houve predominância de venda do patrimônio fundiário onde trabalhavam os moradores santaritenses pelos herdeiros dos antigos donos e “coronéis” de Santa Rita do Sul. Entre os que mantiveram a posse das terras poucos voltaram a arrendá-las. Por outro lado, aqueles que prosseguiram com o sistema de arrendamento não deram continuidade ao sistema de gerenciar toda a produção dos arrendatários (como o fizeram seus antecessores, que eram responsáveis pelo beneficiamento e escoamento da produção). Houve escassez de

¹² Após um longo período de acumulação de capitais, o modelo do crescimento econômico fundamentado em intensa produtividade (característico do capitalismo internacional) passou a dar sinais de desgaste, devido ao excesso constante de capacidade de produção, expressão da acirrada competição internacional. Isso acarretou perda de lucratividade no final da década de 1960. Dentre os principais traços característicos desta crise destacam-se: queda da taxa de lucro; início do desemprego estrutural; esgotamento do padrão de acumulação capitalista, devido à retração do consumo que se acentuava em resposta ao desemprego (Antunes, 2000).

emprego na vila; entre os produtores arrendatários que permaneceram no local, uma quantidade pequena conseguiu se manter na condição de orizicultor.

O maior empregador local passou a ser a indústria de beneficiamento de arroz¹³. Como a indústria não conseguiu absorver toda a mão-de-obra excessiva da atividade agrícola, houve migração de trabalhadores da vila, principalmente para a região de Porto Alegre, ocorrendo o abandono da atividade agrícola por muitos destes migrantes.

Neste sentido, desde os anos 80 Santa Rita do Sul passou a enfrentar um conjunto de fatores que fragilizou sua estabilidade, causando principalmente escassez de oportunidades de trabalho, no entanto o que se observa é que, mesmo com o deslocamento de moradores, devido à redução das atividades ocupacionais na vila, não se concretizou uma evasão completa de sua população. Mesmo estando frente a um quadro desfavorável, a sociedade local vem se sustentando demográfica, econômica e culturalmente ao longo das duas últimas décadas. Verificou-se que a sustentabilidade de Santa Rita do Sul apóia-se num conjunto de dinâmicas desenvolvidas por sua população, englobando desde a complementaridade de atividades ocupacionais, relações sociais e valores culturais construídos, até percepções e visões de mundo.

A dimensão sociocultural da sustentabilidade local

No estudo original do qual este artigo foi adaptado apresentam-se dados quantitativos que demonstram a complementaridade entre diferentes atividades ocupacionais desenvolvidas pelos moradores de Santa Rita do Sul, bem como ilustram como tal estratégia vem contribuindo

¹³ Com a desestruturação do sistema patronal, no fim dos anos de 70, a indústria de beneficiamento deixou de pertencer aos “coronéis” e donos da vila, passando a ser propriedade de outro importante latifundiário do município de Camaquã.

para sua subsistência, desde que a oferta de trabalho na orizicultura foi reduzida. No presente artigo, entretanto, privilegiam-se reflexões sobre as particularidades socioculturais (obtidas a partir de dados qualitativos) que sustentam a coesão da sociedade santa-ritense.

Centralidade ética do trabalho

Com a redução das atividades ocupacionais na produção de arroz irrigado em Santa Rita do Sul, habilidades pessoais características do contexto doméstico¹⁴ passaram a representar práticas alternativas à ocupação na produção do arroz, garantindo ou complementando a renda dos moradores da vila. As atividades ocupacionais inovadoras somam-se às oportunidades (ainda existentes) de trabalho na orizicultura, garantindo, assim, a subsistência, a permanência no local e parecendo resultar em uma baixa migração da população local. Verificou-se, porém, que as atividades ocupacionais de caráter complementar podem ou não ser remuneradas, evidenciando que não representam unicamente fonte de subsistência. A não-remuneração ilustra os diferentes significados e valores atribuídos ao trabalho, identificados durante a pesquisa empírica.

Na sociedade de Santa Rita do Sul o trabalho parece representar referencial de orgulho, autovalorização e dignidade. Ao longo da pesquisa no distrito, os entrevistados exaltavam suas atividades ocupacionais, procurando freqüentemente ressaltar o tempo intensivo de trabalho despendido, seja com a atividade ocupacional principal ou com a secundária; muitos chegavam a afirmar que “nunca param de trabalhar¹⁵”, demonstrando, assim, a (auto)valorização de se identificarem como trabalhadores.

¹⁴ Como cultivo de hortas, criação de animais, pesca, conserto de cercas, telhados, pintura de casas, capina de quintais, entre outras habilidades.

¹⁵ Expressão registrada em conversa informal durante observação participante.

Segundo a percepção dos santa-ritenses, o trabalho parece representar a única maneira legítima por meio da qual um indivíduo pode tornar-se digno, obtendo respeito e valorização diante dos demais. O discurso de um dos entrevistados contribui para a compreensão desta construção representacional legada ao trabalho, quando afirma que qualquer tentativa de auxílio por parte de instituições públicas, como o Estado e seus diferentes órgãos, visando melhorias em uma localidade, deve potencializar a capacidade de trabalhar de sua população. Para ele, a única forma válida e viável de melhorar a qualidade de vida das pessoas se dá exclusivamente pelo trabalho e pela execução de atividades ocupacionais com as quais se tenha afinidade e habilidade. Nesse sentido, afirma que “não adianta ficar ajudando os pobres com dinheiro. Tem que ajudar as pessoas a ganhar seu sustento, incentivando o que elas sabem fazer” (morador contratado temporariamente pela prefeitura municipal de Arambaré).

As percepções que os entrevistados apresentaram em relação ao trabalho demonstram atribuir-lhe centralidade ética. Esta ideologia é característica da modernidade, tornando-se hegemônica no século XIX e permanecendo nos dias atuais. Sua origem se dá com a ascensão da burguesia no final da Idade Média, que passa a dominar o comércio, a produção de mercadorias artesanais e, posteriormente, industriais. Nesse momento atribui-se ao trabalho uma noção positiva, adquirindo a dimensão de centralidade na vida e na inserção social. A universalização política do cidadão é dada pela sua relação com o trabalho, passando a servir como determinante de inclusão e exclusão social: aquele que trabalha é cidadão digno, por outro lado, quem não trabalha é excluído, marginal (Gehlen apud Rotta, 1999). Nesse sentido, a centralidade ética do trabalho, ideário característico da sociedade moderna (global), projeta-se na sociedade santa-ritense, acrescida, no entanto, da particularidade que vincula o trabalho à fundação da vila e à auto-valorização da população local.

O vínculo entre o trabalho na orizicultura e a origem de Santa Rita do Sul parece explicar a forte identificação dos moradores santa-ritenses como pertencentes a uma vila de trabalhadores. A análise de tal característica cultural procedeu-se mediante o uso de alguns elementos presentes na teoria durkheimiana da divisão social do trabalho.

Santa Rita do Sul originou-se de um empreendimento agrícola, cuja população constituiu-se por trabalhadores que se deslocavam para as lavouras de arroz localizadas em torno da vila. Neste empreendimento, de acordo com a lógica da divisão social do trabalho, a função de administrar, tanto a produção de arroz quanto a própria organização da vila, desde sua origem, ficou a cargo de uma figura patronal. Aos indivíduos que, gradativamente, foram se instalando na vila cabia a função de trabalhar, produzir, visto que a condição principal para viver na localidade era estar ocupado na produção de arroz.

Percebe-se com isso que cada indivíduo, dos patrões aos seus subordinados, possuía um papel específico a desempenhar, havendo uma relação de dependência e complementaridade entre eles e, simultaneamente, uma relação de dependência com a sociedade local como um todo, pois apenas no interior dela a dinâmica de complementaridade entre as funções tinha sentido. Na solidariedade gerada pela divisão do trabalho, o indivíduo depende da sociedade, porque depende das partes que a compõem (Durkheim, 1995).

Seguindo-se esta perspectiva teórica, o ato de trabalhar tem representado a principal função dos moradores de Santa Rita do Sul, um dos deveres a ser cumprido pelos mesmos para manter a funcionalidade do empreendimento e da sociedade, bem como para garantir a dignidade individual e a cidadania, enquanto o não-trabalho parece ser interpretado como ociosidade e vandalismo.

Verifica-se, assim, que a determinação de funções gerou a centralidade do trabalho no desenvolvimento local da sociedade. Tem-se, então, a raiz da marcante exaltação ao trabalho nos discursos e com-

portamentos dos entrevistados, pois se lá foram instalados para trabalhar, procuram ressaltar e valorizar seu esforço em cumprir sua profissão. Esta característica reproduziu-se e se tornou um atributo cultural daquela sociedade, presente nas representações de seus moradores até a atualidade. Assim, pela centralidade que ocupa na organização daquela sociedade local, o trabalho deixa de ter apenas valor econômico, passando também a ser valorado culturalmente.

Nesse sentido, a função de trabalhar atribuída à população que se estabeleceu em Santa Rita do Sul parece ter criado uma identificação de cada indivíduo com o trabalho, o qual se tornou constitutivo de seu cotidiano, atribuindo sentido ao mesmo. Até o final da década de 70 trabalhar significava essencialmente estar ocupado no processo produtivo do arroz irrigado. Durante os anos de 80, porém, a necessidade de subsistência e também cultural de manter viva a identificação de Santa Rita do Sul como uma sociedade de trabalhadores (percepção engendrada e reproduzida pelos moradores santa-ritenses desde a fundação da vila), fez com que a população incorporasse novas atividades ocupacionais à sua concepção de trabalho, incluindo não apenas as remuneradas, mas também as executadas nos domicílios.

Esta ampliação evidencia ser uma estratégia desenvolvida pela sociedade local visando superar o impasse pelo qual passaram quando a orizicultura atravessou períodos de instabilidade, que afetaram o padrão de desenvolvimento local, fundamentado no trabalho voltado à produção de arroz irrigado. Parece uma estratégia que tem como finalidade manter viva entre a população a autoconcepção que a define como pertencente a uma vila de trabalhadores. Incorporam-se, assim, as mudanças vivenciadas, as formas diferenciadas de atividades ocupacionais, objetivando a preservação do patrimônio cultural¹⁶.

¹⁶ O patrimônio cultural de uma sociedade pode ser compreendido como o conjunto de características intrínsecas a ela, representando o nível de capacidade de organização que a sociedade possui, com vistas a conseguir mobilizar recursos para seu desenvolvimento (Gehlen, 2002).

Verificou-se, portanto, que a subsistência dos moradores vem sendo garantida por suas atividades ocupacionais e pela complementaridade entre as mesmas, ilustrando, assim, que o trabalho, apesar de escasso, promove a sustentabilidade econômica e cultural da sociedade local.

O pertencimento como referencial de cidadania

A identificação dos santa-ritenses como pertencentes a uma vila de trabalhadores revela a relação particular que estabelecem com o trabalho, assim como remete à identificação que aquela população possui com a história local. Trata-se de uma trajetória comum construída, reproduzida e compartilhada por todos os que constituem a sociedade local. Nesse processo, trajetórias pessoais e familiares encontram-se amalgamadas com a história coletiva da vila, fortalecendo a ligação tanto entre os santa-ritenses como entre estes e Santa Rita do Sul. Tem-se, então, um forte sentimento de pertença ao local, observado entre os entrevistados.

Pelo recorte específico que se faz neste estudo em relação ao conceito de cidadania, definida como condição de existência social que se referencia em uma totalidade social à qual os indivíduos pertencem (Gehlen, 2002), entende-se que o pertencimento a Santa Rita do Sul tem sido o principal referencial de cidadania de sua população. Ao longo do desenvolvimento local, pertencer a uma região, um Estado, um país parece ter tido menos relevância que ser um cidadão santa-ritense, visto que as questões relevantes que compõem a existência e o cotidiano da população estiveram estreitamente ligadas ao local.

As referências concentradas unicamente na vila resultam da maneira como se deu o processo de desenvolvimento local. A forma como os coronéis do lugar gerenciaram a vila fez com que esta fosse concebida por seus moradores como um mundo particular, no qual, em geral, todos os elementos de que necessitavam para subsistir estavam presentes, o que tornava prescindível tudo que fosse externo àquela realidade. Nos

limites do distrito, o patronato garantia-lhes moradia, o exercício da profissão, da religião, de freqüentar uma escola e usufruir espaços recreativos e, em tais limites, foram se construindo relações de trabalho, confiança, parentesco, vizinhança, culminando na concepção de que aquele era seu mundo, sua pátria.

Durante aproximadamente três décadas (1950 – 1980) esta estrutura, composta de valores, representações e relações sociais bastava para os habitantes de Santa Rita do Sul reconhecerem-se como cidadãos, referenciados na sociedade que constituíam. Dessa forma, enquanto a vila esteve sob gerência de seu patronato até o fim de 1970, de modo geral ser cidadão para os santa-ritenses era morar e trabalhar em Santa Rita do Sul, usufruir a infra-estrutura e os benefícios proporcionados pelas autoridades locais, cultivar sua rede de relações sociais, enfim construir seu cotidiano, sua vivência naquela sociedade.

Com a emancipação de Arambaré, em 1992, serviços públicos passaram a beneficiar a população do distrito. Com isso ocorre uma nova ampliação de entendimento, neste caso relacionada com a noção de cidadania, visto que faz emergir entre os moradores a percepção de carências com que viviam até então¹⁷. Torna-se real, então, a experiência de usufruir benefícios desconhecidos, ou que os santa-ritenses sabiam existir, mas não acreditavam estar disponíveis para todos.

Os benefícios têm se produzido na implantação e manutenção de um posto de atendimento à saúde e de uma estação de tratamento de água para abastecimento das residências, bem como nas melhorias no transporte escolar e distribuição de cestas básicas e medicamentos. Segundo os moradores e o prefeito de Arambaré, esses serviços eram prestados de forma deficiente, quando o distrito se encontrava sob administração do município de Camaquã (bem como sob representação de seus coronéis).

¹⁷ Durante o período de dependência em relação ao patronato a população acessou benefícios e direitos segundo a administração de seus tutores, os quais ditavam as regras em relação às melhorias a serem realizadas na vila. Este aspecto resultou no atendimento precário das necessidades da população, visto que tinha caráter de prestação de favor, concessão feita pelo patronato.

Cabe também registrar a execução de dois projetos de relevância em Santa Rita do Sul, ações oriundas do governo estadual em parceria com a prefeitura. Um deles é o Projeto de Infra-Estrutura Básica e Social, financiado pelo Programa Pró-Rural 2000, posteriormente substituído pelo RS Rural, e executado pela Emater-RS, que proporcionou a construção de moradias novas, cuja execução foi finalizada em 2001. O segundo programa estadual relevante é o Pró-Mar-de-Dentro, estendendo-se até Santa Rita do Sul mediante financiamento concedido a um projeto local que visa principalmente ao saneamento básico do distrito¹⁸; no período da pesquisa empírica, esse projeto ainda estava em execução.

De maneira geral esses serviços públicos e projetos que visam melhorias na infra-estrutura da vila são considerados com muita frequência pela população de Santa Rita do Sul como o melhor acontecimento no distrito, desde o início da redução na ocupação de mão-de-obra. Os moradores da vila começam a descobrir que ter atendimento médico, transporte escolar, água tratada para o consumo doméstico, saneamento básico em suas casas não devem ser privilégios restritos àqueles que desfrutaram de uma confortável situação financeira, mas são direitos comuns a todos.

A ampliação do entendimento de “ser um cidadão”, no entanto, tem provocado dubiedades entre os moradores da vila, no que tange aos seus referenciais de pertencimento. Isto se deve ao fato de que o acesso aos benefícios e às melhorias na infra-estrutura local vem exercendo influência nas percepções dos moradores por meio de duas principais inovações: a percepção de que somente o que tinham (trabalho, moradia, um bom patrão), embora fosse considerado o suficiente, não era o máximo que poderiam ter; e a descoberta de que estão se ampliando as fronteiras

¹⁸ A implantação de saneamento básico em Santa Rita do Sul está inserida no conjunto de projetos locais apoiados pelo Programa Pró-Mar-de-Dentro, o qual é financiado pelo Estado (por meio da Secretaria do Estado do Meio Ambiente) e que, inicialmente, contou com a colaboração financeira da Agência Internacional Japonesa. Estas informações foram obtidas na Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul.

(simbolicamente construídas) da vila, inserindo a população local em novas e diferentes esferas da sociedade (em um novo município, diferente daquele de origem, no Estado, no país, e até mesmo no mundo)¹⁹.

Embora os entrevistados relembrem o período considerado como de abundância de trabalho, apontam que, simultaneamente, existiam carências e precariedades em relação à infra-estrutura. O depoimento de um agricultor arrendatário é emblemático a este respeito.

Na saúde nós tínhamos atendimento médico uma vez por mês e, dependendo do prefeito, nem tinha. Hoje temos médicos duas a três vezes por semana aqui na vila e diariamente em Arambaré. Caso alguém adoça num dia em que o médico não esteja em Santa Rita, tem uma ambulância que leva para Arambaré. E a situação financeira da pessoa não interessa, o que importa é que se alguém chegar no ambulatório precisando de atendimento, vai ser atendido.

O contraste entre a lembrança das precariedades vivenciadas no passado e os benefícios atuais proporcionados à população demonstra a descoberta de que podem ter mais do que acreditavam ser possível.

Os serviços disponibilizados à população de Santa Rita do Sul representam também a expansão das fronteiras simbólicas da vila. Desde a emancipação de Arambaré, os moradores do distrito vêm sendo chamados a ampliar seus horizontes a um novo município, desligado da origem da vila. No processo de melhorias em infra-estrutura, os moradores são chamados também a ampliar e reconhecer o Estado como referencial de sua cidadania, devido aos programas RS Rural e Pró-Mar-de-Dentro, executados por órgãos estaduais em parceria com a prefeitura. O acesso a todos os benefícios disponibilizados, principalmente o

¹⁹ Santa Rita do Sul, entendida como uma sociedade local em interação com o global, desde sua origem, esteve inserida e em interação com o Estado e o país. Entretanto, conforme observações e depoimentos coletados, para seus habitantes a inserção em contextos socioeconômicos mais amplos parecia não ter relevância, visto que, para sua vivência, bastava a vila.

atendimento à saúde, tem feito com que a população da vila perceba a influência nacional no contexto local. O programa Mar-de-Dentro, por sua vez, apoiado e financiado por uma agência internacional (ver nota 18), abre portas e chama a população a evidenciar sua inserção no mundo.

Não se fala mais no coronel que proporcionava trabalho, moradia, escola; fala-se, sim, em governo estadual e federal, forças e ações oriundas de esferas externas à vila. Identifica-se, portanto, na sociedade local, uma dubiedade de sentimentos entre continuar valorizando a trajetória de Santa Rita do Sul e afirmando o pertencimento à vila, ou ampliar o referencial de existência, estendendo-o a Arambaré, ao Estado, ao âmbito nacional.

Entende-se, assim, que o sentimento de pertença a Santa Rita do Sul representa um dos principais valores que têm conferido sustentabilidade à sociedade local. Essa totalidade social que vem referenciando a existência social da população santa-ritense, todavia, começou a se expandir na medida em que passou a receber interferências externas a seus limites. Por essa situação os moradores percebem sua cidadania sendo ampliada, contudo sabem também que a vila pode ser desestruturada por novos valores, e isto instala entre os mesmos a ambivalência entre o apego ao seu mundo construído, aos princípios com os quais se identificam, e a atração pela mudança, pelo recentemente reconhecido.

Considerações finais

O presente estudo analisou as dinâmicas socioeconômicas e culturais de sustentabilidade de Santa Rita do Sul. A perspectiva da análise centrou-se na trajetória da sociedade local, nos significados do trabalho, no pertencimento e na concepção de cidadania dos moradores do distrito. Tais características são entendidas como estratégias de apoio à sustentabilidade da sociedade santa-ritense.

A subsistência dos moradores vem sendo garantida por suas atividades ocupacionais e pela complementaridade entre as mesmas, evidenciando que o trabalho, apesar de escasso, promove a sua sustentabilidade econômica e cultural. Um conjunto de valores culturais e representações sociais integra os habitantes de Santa Rita do Sul, despertando o sentimento de pertença em relação à totalidade social. Este todo comum ao qual pertencem é o principal referencial de existência dos moradores, demarcando sua cidadania pelo local.

A ambigüidade que se instalou no distrito, porém, a partir das influências externas recebidas, principalmente de Arambaré e do Estado, tem revelado uma ampliação do referencial de cidadania dos moradores e, ao mesmo tempo, o anseio (e a dúvida) de se manter cidadão santaritense, condição que foi suficiente como referencial de existência até tais modificações passarem a exercer influência na sociedade.

Embora o estudo tenha identificado as dinâmicas socioeconômicas e culturais entendidas como estratégias que sustentam a sociedade santaritense, torna-se necessário tecer algumas considerações no que tange a perspectivas para Santa Rita do Sul, vislumbradas por meio dos dados empíricos. Nesse sentido o estudo demonstrou que a sociedade local, mediante estratégias particulares, tem se sustentado, mesmo diante de situações adversas, contudo se for feito o exercício de vislumbrar expectativas futuras para Santa Rita do Sul emergem questionamentos relacionados à durabilidade daquela sociedade local, devido a fragilidades percebidas em sua estrutura.

Constatou-se que as estratégias estabelecidas pela população local têm sido suficientes, principalmente no que tange a manter a estabilidade demográfica da vila, porém embora tais estratégias tenham sustentado a sociedade local, especialmente ao longo das duas últimas décadas, período em que a população da vila vivenciou mudanças em sua esfera produtiva e do trabalho, os dados não permitem vislumbrar inovações que venham dar impulso ao desenvolvimento local.

Dessa forma, no que tange à dimensão econômica e profissional, a dinâmica que se desenvolveu na vila com a mudança na esfera local do trabalho, levando a população a ampliar a noção que possui em relação ao trabalho, apresenta-se como uma estratégia visando à subsistência econômica dos moradores e à preservação de sua herança cultural. Assim, valorizando atividades ocupacionais distintas daquelas ligadas à orizicultura, os moradores ocupam-se em variadas atividades que lhes garantem renda e, ao mesmo tempo, preservam sua autovalorização de trabalhador digno, pertencente a uma vila de trabalhadores.

Embora esta estratégia possa ter relevância na sustentabilidade da sociedade local, demonstra representar uma dinâmica que visa sustentar o presente, ou seja, garantir a subsistência de hoje, sem apresentar projetos que, somados a particularidades sociais e culturais, visem a melhorias para o amanhã.

Os dados e observações permitiram constatar também a ausência de auto-organização e de iniciativa dos moradores no sentido de potencializar suas capacidades e habilidades profissionais, visando promover melhorias na economia do distrito. Verificou-se também que a espera pelo retorno do patronato como solução aos problemas que identificam na vila, dentre os quais se destaca a escassez de trabalho, embora não represente consenso, é a expectativa predominante entre os moradores. Nesse sentido, a crença construída em torno da possibilidade de que a figura patronal retorne ao local, empregando a todos e gerenciando a vila, ao invés de mobilizar os moradores, paralisa-os, não contribuindo no sentido de inovar e diversificar a dimensão econômica do desenvolvimento local, fundamentando-se em projetos oriundos da ação e organização da população.

Apesar da preservação do patrimônio cultural e da coesão social representar uma estratégia de apoio à sustentabilidade, ao confrontar-se com fragilidades relacionadas à esfera econômica local revela-se insuficiente no sentido de conferir perspectivas inovadoras ao desenvolvimento local da sociedade. Sem expectativa de mudanças, a totalidade social poderá fragmentar-se.

Sendo assim, a estagnação econômica pode gerar maior interesse e busca pelas oportunidades de trabalho que possam existir em outras localidades. À medida que se abram as fronteiras da vila (tendência que vem ocorrendo), bem como se ampliem as noções compartilhadas pelos moradores locais, mostrando-lhes o que podem encontrar fora dos limites da vila (novos valores, oportunidades, visões de mundo), o distrito poderá começar a desestabilizar-se demograficamente.

O conceito de desenvolvimento local apresentado por Gehlen (2002), que o define como o engajamento de cidadãos que buscam construir seu equilíbrio, por meio da valorização do pensamento local, permite entender que a desestabilização de Santa Rita do Sul tende a ser provocada, entre outros aspectos, pela ausência de mobilização dos recursos existentes no local. A auto-organização de uma sociedade local é um dos fatores de extrema relevância para a construção de seu desenvolvimento, devido à mobilização de suas racionalidades específicas que, articuladas solidariamente, resultam em economias locais. Tais características, no entanto, não são identificadas em Santa Rita do Sul.

Nesse sentido, os dados desta pesquisa não apresentaram elementos por meio dos quais se possa assegurar que as estratégias estabelecidas, visando sustentar a sociedade santa-ritense, poderão contribuir para melhorias no desenvolvimento local. Conforme Gehlen (2002), o desenvolvimento remete à transformação, tendo como base o espaço e o patrimônio cultural, social e econômico da sociedade local. Em Santa Rita do Sul as estratégias de sua população têm mostrado resultados no sentido de sustentar, mas não de transformar a sociedade. Com a ausência de perspectivas futuras, no que tange a modificações inovadoras que diversifiquem a esfera econômica do distrito de Santa Rita do Sul e dêem um novo impulso ao desenvolvimento local, tem-se a desestruturação demográfica da vila como a conseqüência mais visível deste processo.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e democracia. *Revista Proposta*, n 71, Fase, p. 11-16, 1997.
- ACSELRAD, Henri; LEROY, Jean-Pierre. *Novas premissas da sustentabilidade democrática*. Disponível em: www.pbsd.rits.org.br/cadernos. Acesso em: 03/fevereiro/2004.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- BESKOW, Paulo R. A formação da economia arroeira do Rio Grande do Sul. *Ensaio FEE*, Porto Alegre: FEE, v. 1, n. 1. p. 55-84, 1984.
- BESKOW, Paulo R. *O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- DAHRENDORF, Ralf. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- DE MASI, Domenico. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio da sociedade pós-industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FERREIRA, J. R. C. *Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã – RS: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas).
- FRAQUELLI, Jane Aita. A lavoura capitalista do arroz e a crise de 1926: a ação do Estado e a criação do Sindicato Arroeiro. In: DACANAL, José H.; et al (Org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 329-357.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Arambaré, município criado pela lei estadual nº 9.603 de 20 de março de 1992*. Disponível em: www.fee.tche.br. Acesso em: 15/julho/2003.

GEHLEN, Ivaldo. Noções e ambigüidades sobre o trabalho dos agricultores familiares nos complexos agroindustriais. *Raízes*. Edição especial temática, dedicada ao XVIII Encontro Nacional da Apipsa, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, ano XVII, n. 17, p. 37-44, 1998.

GEHLEN, Ivaldo. *Família, desenvolvimento local e agricultura familiar*. Caxias do Sul. Resumo de palestra, 2002.

LIMA, Gustavo F. da Costa. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. *Revista Política e Trabalho*, Universidade Federal da Paraíba, n. 13, 1997.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MOURA, Lino Geraldo Vargas. *Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em sistemas de produção da agricultura familiar: o caso dos fumicultores de Agudo-RS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. (Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas).

PESAVENTO, Sandra. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

ROTTA, Edemar. *A construção do desenvolvimento: análise de um modelo de integração entre regional e global*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

SACHS, Wolfgang. Anatomia Política do Desenvolvimento Sustentável. *Democracia Viva*, n.1. p. 11-23. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Editora Moderna, 1997.

TRINDADE, Hélió. O jacobinismo castilhistas e a ditadura positivista no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Hélió (Org.). *O Positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. p. 137-151.